



Secção

do CANDIDATO à



Coordenador: Maj GERMANO SEIDL VIDAL

SUMÁRIO

I — Instruções Reguladoras do Concurso de Admissão à EsCEME para 1961.

II — O problema da exportação de minério de ferro — Major AYRTON DE CARVALHO MATTOS.



DOCUMENTOS BÁSICOS PARA O PREPARO DO CANDIDATO À Es ECEME

GEOGRAFIA

- Geografia do Brasil — Delgado de Carvalho
Geografia Regional do Brasil — Delgado de Carvalho
Geografia Humana de 1934 — Aroldo de Azevedo
Geografia Humana do Brasil — Pierre Deffontaines
Notas de Geografia Militar Sul-Americana — P. de Paula Cidade
História Econômica do Brasil — Roberto Simonsen
Realidades Econômicas do Brasil — Pires do Rio
Partes da Geologia da História Natural — Waldemar Potsch
Geologia do Brasil — Avelino — Oliveira e Óthon A. Leonardos
As Grandes Regiões do Brasil — Conselho Nacional de Geografia
Alguns Problemas brasileiros (subsídios para o seu estudo, coligidos pelo Conselho Técnico Consultivo da Confederação Nacional do Comércio — 1955)
Aspectos geográficos sul-americanos ou Projeção continental do Brasil — Mário Travassos
O Domínio da Bacia Hidrográfica do Prata — Francisco de Paula Cidade (Rev Mil Brasileira — Jan, Mar, Jun, Jul e Set 1930)
Sobre os fundamentos para o estudo dos aspectos militares da Bacia do Prata — Cel R1 João Batista de Magalhães (idem Jan-Jun 1940)
Perspectivas da Economia Brasileira — Industrialização da Economia Nacional — ISEP — 1958.

HISTÓRIA

- História do Brasil — João Ribeiro (Curso Superior)
Manual de História do Brasil — Basílio de Magalhães
História do Brasil — Barão do Rio Branco
História Geral do Brasil — Visconde de Pôrto Seguro, anotada por Rodolpho Garcia
História do Brasil — Rocha Pombo
História do Brasil — Pedro Calmon
Evolução do Povo Brasileiro — Oliveira Viana
História das Américas, publicada sob a direção de Ricardo Levone, Ed Bras dirigida por Pedro Calmon, 14 vol (Ed Jackson) — 1947
História da América — Gastão Ruch (Das Instruções para o Concurso, atualmente em vigor)

I — INSTRUÇÕES REGULADORAS DO CONCURSO DE ADMISSÃO À EsCEME PARA 1961

I. GENERALIDADES

a. As presentes Instruções destinam-se a regular a execução do Concurso de Admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em 1961.

b. Referências

Regulamento da ECEME (Decreto n. 36.955, de 25 Fev 55) — Título VII, modificado pelos seguintes decretos:

- Decreto n. 37.191, de 18 Abr 55 (BE n. 17, de 23 Abr 55);
- Decreto n. 37.878, de 12 Set 55 (BE n. 38, de 17 Set 55);
- Decreto n. 39.432, de 19 Jun 56 (BE n. 25, de 23 Jun 56);
- Decreto n. 42.029, de 13 Agô 57 (BE n. 33, de 17 Agô 57);
- Decreto n. 46.213, de 12 Jun 59 (BE n. 27, de 4 Jul 59);
- Decreto n. 47.806, de 15 Fev 60 (BE n. 10, de 5 Mar 60);
- Decreto n. 48.657, de 3 Agô 60 (BE n. 37, de 10 Set 60).

2. PROVAS DO CONCURSO

a. Conhecimentos militares

(1) Comportará duas provas, comuns aos oficiais das Armas e dos Serviços:

- Conhecimentos táticos e técnicos;
- Topografia.

2) Conhecimentos táticos e técnicos.

Esta prova abrangerá questões referentes aos regulamentos básicos e comuns às Armas e Serviços. Comportará questões práticas no quadro de situações táticas simples, considerando os escalões estudados na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

(3) Topografia

Esta prova abrangerá questões referentes ao estudo do terreno sob o ponto de vista morfológico e tático, bem como problemas de topografia de campanha, comportando a utilização de cartas, fotocartas e fotografias aéreas.

4. As provas de Conhecimentos Militares terão, cada uma a duração de 2 (duas) horas, devendo realizar-se em um mesmo dia.

b) **Cultura Geral**

(1) Comportará duas provas:

(a) Para Oficiais das Armas:

- Geografia;
- História.

(b) Para Oficiais Intendentes:

- Geografia Econômica;
- Economia Política e Estatística.

(c) Para Oficiais Médicos:

- Antropogeografia e Antropologia;
- Higiene e Profilaxia.

(d) Para Oficiais Médicos-Veterinários:

- Produção e Inspeção de Alimentos e Forragens;
- Higiene Veterinária e Zootecnia.

(2) Os programas pormenorizados para as provas de Cultura Geral constam dos anexos I a IV.

(3) Cada uma das provas de Cultura Geral terá a duração de 4 horas, devendo realizar-se com um intervalo de 48 horas.

(4) Cada prova de Cultura Geral deverá constar, pelo menos, de duas questões, organizadas de forma a exigir reflexão e conclusões sobre o assunto proposto. Serão evitadas proposições cujo desenvolvimento dependa exclusivamente de memorização.

(5) As provas serão apreciadas, também, quanto à clareza de exposição, método e objetividade de apresentação, espírito de síntese e correção de linguagem (vocabulário, ortografia e sintaxe).

(6) Para a solução de cada prova de Cultura Geral, o candidato receberá sómente quatro folhas de papel alinhaço (16 páginas) e duas folhas simples de papel para rascunho (4 páginas).

c) **Línguas estrangeiras**

(1) Comportará duas provas, comuns aos Oficiais das Armas e dos Serviços:

- Espanhol;
- Inglês.

(2) As provas de línguas estrangeiras terão, cada uma a duração de 2 (duas) horas, devendo realizar-se em um mesmo dia.

(3) Cada prova constará de duas questões: uma tradução e uma versão.

(4) As provas de línguas estrangeiras visam, sobretudo, a verificar a aptidão do candidato para utilizar textos em estilo militar corrente, considerando principalmente:

- fidelidade na preservação das idéias do texto original;
- propriedade e correção de linguagem;
- uso adequado da terminologia militar;
- observância das regras gramaticais.

(5) Para ambas as provas será permitida a consulta a dicionários encontrados no comércio ou de uso oficial, sendo vedada a utilização de quaisquer outros vocabulários.

3. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

a. Os comandantes de Região Militar providenciarão hospedagem para os candidatos que se apresentarem para a realização das provas.
 b. Os trabalhos da Comissão de Exame terão caráter Secreto. O preparo e o julgamento das provas deverão ser realizados de modo que sómente sejam identificados os candidatos que tenham sido habilitados na forma do art. 86, do Regulamento da ECEME.

4. CALENDARIO

- Entrada dos requerimentos no EME (CPS), remetidos pelos diversos Órgãos: Até 1 Jun.
- Trabalhos da CPS: Até 1 Nov.
- Trabalhos da Comissão de Exame (Preparatórios, Julgamento, Ata final e Relatórios): De 1 Set a 20 Jan.
- Passagem dos candidatos à disposição do EME nas sedes de suas Unidades ou Repartições: 18 Nov.
- Apresentação dos candidatos aos Cmdo de RM em cujas sedes se realizarão provas: 9 Dez.
- Realização das provas: 18 a 23 Dez.
- Publicação do resultado final em Boletim Interno do EME: Até 23 Jan.

Apresentação à Escola: Até 7 Fev para os oficiais dos Serviços; Até 23 Fev para os oficiais das Armas.

ANEXO I — PROGRAMA DE GEOGRAFIA E DE HISTÓRIA

A — GEOGRAFIA

1º. Geografia geral e regional do Brasil — aspectos gerais:

- da geografia física;
- da geografia humana; e
- da geografia econômica;
- as grandes regiões geográficas brasileiras. (Divisão do CNG)

2º. Estudo geográfico-militar do Rio Grande do Sul, quanto aos fatores fisiográficos, psico-sociais e econômicos.

3º. Estudo das bacias do Paraguai, Paraná, São Francisco, Amazônicas, Paraíba do Sul e Doce, encarando-se, principalmente, aspectos econômicos e militares.

4º. Estudo geográfico-militar das fronteiras do Brasil, particularmente, com a Bolívia, o Paraguai, o Uruguai e a Argentina; pontos, ou zonas, de fricção atuais, ou potenciais, em nossos limites territoriais.

5º. Plano e Política Nacional de Viação. Aspectos econômicos, militares e sociais dos transportes para as fronteiras internacionais do Sul e Oeste (Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso); e para o nordeste brasileiro.

6º. Política Nacional de Combustíveis, Petróleo, Carvão, Xistos, Piro-betuminosos e Turfas, Países que, na América do Sul, industrializam o Carvão e o Petróleo. Possibilidades e reflexos militares.

7º. Aspectos econômicos e militares da mineração na América do Sul, principais núcleos industriais sul-americanos. Aspectos da indústria brasileira que mais interessam às Forças Armadas. Matérias-primas dos países sul-americanos essenciais às indústrias do Brasil.

8º. Aspectos geográficos-militares das fronteiras marítimas do Brasil, encarando-se, principalmente, o litoral compreendido entre a Baía de Guanabara e o Rio da Prata.

9º. Siderurgia no Brasil e na América do Sul. Sua influência na economia e na indústria militar.

10. Política Nacional de Energia. Potencial hidráulico das bacias e seu aproveitamento, principalmente o das do São Francisco, Paraíba do Sul, Doce, Iguaçu e Paraná. Plano Nacional de Energia Elétrica. Minerais fissionáveis (Urânio e Tório).

B — HISTÓRIA

1º. Formação das nacionalidades sul-americanas.

2º. Lutas militares com franceses, holandeses e ingleses no Brasil, em particular a Guerra Holandesa (1624-1654).

3º. Lutas militares na Bacia do Prata e parte restante do Sul do Brasil, entre luso-brasileiros e espanhóis, e seus descendentes, desde a fundação da Colônia do Sacramento até 1821.

4º. Campanhas militares da Independência dos países sul-americanos, focalizando-se o papel de Bolívar e San Martin.

5º. Guerra Cisplatina, de 1826 e 1828.

6º. Guerra de 1851 a 1852.

7º. Guerra do Uruguai (1864-1865) e Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai.

8º. Campanhas militares internas brasileiras durante o Império, estudando-se, principalmente, a ação de Caxias.

9º. História das fronteiras do Brasil.

10. Evolução política, social e econômica do Brasil durante o Século XIX, focalizando-se a Abolição e a República.

ANEXO II — PROGRAMA DE GEOGRAFIA ECONÔMICA E DE ECONOMIA POLÍTICA E ESTATÍSTICA

A — GEOGRAFIA ECONÔMICA

1º. Países da América do Sul produtores de petróleo: apreciação sobre o valor econômico dessa produção. O Petróleo no Brasil, situação atual e possibilidade; sua importância no desenvolvimento econômico do país; sua influência na motorização do Exército.

2º. Regiões agrícolas do Brasil que mais produzem gêneros alimentícios e-forragens, importância, exportação e expressão em nossa balança comercial.

3º. Principais centros industriais brasileiros que manuseiam, tratam e beneficiam produtos alimentícios dos reinos mineral, vegetal e animal: sua influência na balança comercial do Brasil e no suprimento dos Serviços de Subsistência do Exército.

4º. Regiões pecuárias da Argentina, Uruguai e Paraguai e do Sul do Brasil; valor econômico e influência recíproca. Possibilidades da pecuária brasileira; sua expressão em nossa balança comercial e no abastecimento do Exército.

5º. Importância relativa dos centros industriais do Brasil que produzem materiais necessários ao Serviço de Intendência do Exército; reflexos no comércio exterior do Brasil; produção principal; aproveitamento pelo Exército.

6º. Análise e apreciação geral da situação relativa entre os centros produtores do Brasil e seus diversos meios de transporte (ferroviário, rodoviário, marítimo, fluvial e lacustre), tendo-se em vista o abastecimento dos grandes núcleos brasileiros de população e das principais guarnições militares.

7º. As comunicações no Brasil: correios, telégrafos, telefones e rádios — valor e importância no desenvolvimento do intercâmbio comercial entre os Estados.

8º. Comércio exterior do Brasil: volumes, valor, perspectivas e dificuldades; reflexos nas finanças do país.

B — ECONOMIA POLÍTICA E ESTATÍSTICA

1º. Economia Política — Relações com outras ciências. Objeto, método e princípios.

2º. Escolas Econômicas — Clássica ou Liberal; Socialista; Católica, Histórica; suas doutrinas.

3º. Valor e Riqueza — Utilidades e Necessidades — Valor, definição e objetivo, relação entre valor e riqueza. Necessidade, seu conceito e influência da civilização. Utilidade, definição e teoria; relação entre valor e utilidade.

4º. Preço e Moeda — Preço. Definição. Preço e valor; moeda, suas variações. Considerações que deve satisfazer toda boa moeda. Papel-moeda.

5º. Produção e seus fatores — O trabalho. A Natureza e o capital. Condições sociais da produção.

6º. Circulação e Riqueza — As trocas: o convênio; o protecionismo e o livre cambismo; o crédito.

7º. Produção e Imigração — O crescimento da população e a Lei de Maltus; a limitação da produção e a Lei do rendimento proporcional. Causas e efeitos. Excesso e equilíbrio da produção. Crise e imigração; causas e consequências de ordem política, social e econômica.

8º. Aplicação e Economia Brasileira — A economia no Império: açúcar, ouro, café. A economia na República: a agricultura e a indústria, a grande indústria; os transportes; a energia; os minérios raros.

Estudo especial da economia do café, males da monocultura. Importância do Brasil na economia da América e do Mundo.

9º. Metodologia Estatística — Coleta das Unidades. Questionário. Crítica e apuração dos dados. Exposição dos resultados e interpretação dos fatos. Inquéritos estatísticos.

10. Demografia — Efetivos e densidade demográfica. Estudo e representação estatística das correlações demográficas.

11. Estatística Militar — Finalidade. Informes estatísticos necessários às Forças Armadas. Órgãos Militares de Estatística. Utilização dos dados das informações estatísticas militares.

ANEXO III — PROGRAMA DE ANTROPOGEOGRAFIA E ANTROPOLOGIA E DE HIGIENE E PROFILÁXIA

A — ANTROPOGEOGRAFIA E ANTROPOLOGIA

1º O meio e o homem à luz dos conceitos de Ratzel e dos autores modernos; geografia antrópica, antropogeografia, ecologia e geografia humana (campos de estudos e propósitos).

2º. Interferências dos fatores mesológicos e dos fatores heredológicos na diferenciação psico-somática das raças: mentalidade, côr, craniometria, cabelos, fossas nasais e outros caracteres raciais.

3º. Fatores climatológicos que influem na fisiografia do bió ciclo terrestre e condicionam o sistema de vida do homem: sedentarismo, nomadismo, migração.

4º. Grupos técnicos euro-afro-asiáticos que se caldearam na península Ibérica e passaram às colônias ibero-americanas.

5º. Elementos étnicos da América pré-colombiana que interferiram no miscigenismo dos povos sul-americanos.

6º. Fatores geográficos que influíram na expansão do Ecúmeno da América Meridional, principalmente do Brasil, no período colonial.

7º. Estudo brasileiro de antropologia: o índio, o negro, o branco colonizador e os imigrantes de outras origens (elementos germânicos, atlanto-mediterrâneos, bantus e sudaneses).

8º. Fatores climatológicos interferentes na geopatologia das regiões fisiográficas do Brasil.

9º. Influência dos fatores geopatológicos na expansão e progresso do ecúmeno brasileiro.

10. Fórcas evolutivas na vida étnica: fatores evolutivos externos, fórcas evolutivas internas, fatores sociais.

B — HIGIENE E PROFILAXIA

1º. Higiene: Objeto, importância, história e evolução da Higiene. A Higiene Militar; Generalidade e aplicações de seus princípios no Exército. Responsabilidades pela Higiene no Exército.

2º. Higiene do Quartel: natureza do solo, localização, insolação, cubagem e ventilação dos alojamentos, instalações sanitárias, potabilidade da água, cozinha e refeitórios, destino dos resíduos.

3º. Higiene do Fardamento e do Equipamento: natureza, côr e outras características do tecido; condições anatômicas do calçado, das peças de fardamento e do equipamento. O peso do equipamento do infante e sua distribuição.

4º. Higiene da alimentação: Alimentos minerais, animais e vegetais. Rações e calorias. Higiene do rancho. Problema da nutrição nos Exércitos.

5º. Higiene das marchas: Etapas de marcha, alto horário, equipamento nas marchas, fadiga, estafa e acidentes de marcha. Exercícios físicos e esportes. Acidentes do frio e do calor; pé de trincheira, insolação, intermação.

6º. Controle das doenças transmissíveis respiratórias, intestinais, transmissíveis por insetos, venéreas e outras não enquadradas nos

grupos anteriores. Disseminação, fonte de infecção, meios de transmissão e medidas de controle.

7º. Higiene industrial nos Estabelecimentos Fabris do Exército: duração do trabalho, acidentes profissionais, intoxicações.

8º. Higiene Militar em Campanha: Das epidemias em Campanha e medidas gerais de profilaxia. Emprêgo do DDT na profilaxia das doenças transmissíveis por insetos. Proteção individual. Controle militar da malária: medidas ambientais e medidas individuais.

9º. Higiene Militar em Campanha: Suprimentos de água em campanha — generalidades e responsabilidades pelos suprimentos. Fontes de suprimentos: reconhecimento, localização e proteção. Depuração da água em campanha.

10. Higiene do Estacionamento. Escolha do local; características favoráveis e desfavoráveis: instalação das cozinhas e ranchos: distribuição dos alimentos. Destino dos resíduos alimentares e de cozinha (sólidos e líquidos). Destino dos excrementos humanos: tipos de fossa e mictórios.

ANEXO IV — PROGRAMA DE PRODUÇÃO E INSPEÇÃO DE ALIMENTOS E FORRAGENS E DE HIGIENE VETERINÁRIA E ZOOTÉNICA

A — PRODUÇÃO E INSPEÇÃO DE ALIMENTOS E FORRAGENS

1º. Conceito atual de inspeção de alimentos nas Forças Armadas do Brasil e de outros países. Atuação do Serviço Veterinário neste setor durante a II Grande Guerra (1939-1945).

2º. Conceito moderno de indústria. Indústria de produção de origem animal. Exploração da indústria do abate, no Brasil.

3º. Emprêgo de frio industrial como agente de conservação dos produtos perecíveis. Sua importância no suprimento dos órgãos de Subsistência. Frigorificação das carnes.

4º. Apreciação geral dos últimos avanços na técnica de conservação dos alimentos: desidratação, frigorificação, pasteurização, uperação, emprêgo de antibióticos, ultra-sons, radiações ionizantes.

5º. Conceito geral de inspeção e análise dos alimentos e forragens, focalização do problema segundo o tríplice aspecto do valor alimentar, tecnologia alimentar e controle de Saúde Pública. Lei de Thomes.

6º. Indústria de laticínios, no Brasil. Produção higiênica do leite para a tropa e estabelecimentos hospitalares. Doenças transmissíveis ao homem por intermédio do leite.

7º. Vegetação e aspecto filogeográfico do Brasil, aplicando o sistema de Engler. Regiões geobotânicas do Brasil, focalizando as que mais produzem gêneros alimentícios e forragens.

8º. Aspectos essenciais da produção agrária, no Brasil: situação atual da agricultura no país. Das culturas de subsistência. Produtos alimentares vegetais.

9º. Regiões pecuárias da Argentina, Uruguai, Paraguai e Sul do Brasil: valor econômico e influência reciproca. Possibilidade da pecuária brasileira; sua expressão em nossa balança comercial e no abastecimento do Exército. A exploração dos subprodutos.

10. Conservação das forragens; fenação, ensilagem, desidratação. Princípios fundamentais na utilização do silo e no emprêgo da silagem.

B — HIGIENE VETERINÁRIA MILITAR E ZOOTÉCNICA

1º. Higiene veterinária individual e coletiva nos diferentes transportes e marchas.

2º. Doenças comuns ao homem e aos animais. Medidas tendentes ao seu controle e erradicação.

3º. Problemas gerais concernentes ao combate e destruição dos vetores. Eliminação dos portadores. Destino dos excretas.

4º. Higiene veterinária do trabalho das Unidades Hipomóveis.

5º. Higiene veterinária da alimentação.

6º. Introdução do gado bovino nas Américas. Espécies européias e asiáticas. Fixação de tipos regionais em face dos fatores climáticos e alimentares, das raças para corte e produção de leite. Possibilidade das raças mistas.

7º. Papel da Genética na formação dos tipos raciais. Caracteres geno e fenotípicos.

8º. Inseminação artificial: solução econômica para melhoria dos diferentes rebanhos. Possibilidades brasileiras. Conservação e transporte do sêmen a grandes distâncias.

9º. O cavalo e o cão de guerra para as diferentes Armas e Serviços. Raças preconizadas.

10. Seleção, treinamento e emprêgo do pombo-correio nas Fôrças Armadas.

UM APELO

PREZADO COMPANHEIRO,
apelamos para **você**, que pode ajudar à Seção do Candidato à ECEME de "A DEFESA NACIONAL".

Buscamos orientação para o próximo ano, que atenda aos anseios dos candidatos e esteja apoiada na valiosa e indispensável contribuição dos oficiais de EM, dos alunos da ECEME e dos próprios candidatos.

Encarecemos o valor de sua ajuda, através da remessa de ensaios, resumos ou questões resolvidas.

Precisamos de suas críticas e de suas sugestões.

Folgaremos em divulgar os trabalhos remetidos e em vitalizar o intercâmbio de idéias que concorram para o fim precípua destas colunas: Servir ao Candidato!

Dirija-se ao Major G. Vidal — 5^a Seção — EME — Palácio da Guerra — GB.

O Redator

II — O PROBLEMA DA EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO

Major AYRTON DE CARVALHO MATTOS

1. INTRODUÇÃO

A importância do problema da exportação do minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero levou-nos a um trabalho de compilação que, sintetizando o que tem sido publicado sobre alguns aspectos marcantes do assunto, fôsse capaz de debuxar o quadro geral em que se desenvolve o problema. Vejamos se conseguimos êsse intento.

2. RESUMO HISTÓRICO

2.1 — Desde o início do século atual que o Brasil tem pretendido, em vão, dar aproveitamento condizente à enorme riqueza jacente, representada pelas potentes jazidas de minério de ferro do mais alto teor, existentes no Quadrilátero Ferrífero.

2.2 — Já em 1909, através do Decreto n. 7.733, de 30 Dez, foi autorizada a mudança de traçado da Estrada de Ferro Vitória a Minas, para atingir Itabira, bem como a eletrificação da ferrovia, objetivando o transporte anual de 3.000.000 t de minério de ferro, daquela região para o pôrto de Vitória.

2.3 — Em 1940, a Itabira Iron Ore Company, que fôra autorizada a operar no Brasil, em 1911, foi substituída pela Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A., sem ter conseguido concretizar seu projeto de funcionamento. Esta outra emprêsa estabeleceu, então, pela primeira vez, embôra de maneira precária, a corrente exportadora de minério, entre Itabira e Vitória, mediante o transporte misto em caminhão e trem de ferro.

2.4 — Em 1942, como uma decorrência dos Acôrdos de Washington, firmados entre o Brasil, os Estados Unidos e a Inglaterra, foi criada a Cia Vale do Rio Doce, que substituiu a Itabira Iron Ore Co e a Cia de Mineração e Siderurgia no papel que essas emprêses pretendiam desempenhar, na comercialização do minério do Quadrilátero Ferrífero.

2.5 — Com o advento do Governo passado e tendo em vista a difícil situação cambial que se criou, o problema da exportação de minério de ferro foi atacado com redobrado vigor.

2.6 — Após demorados estudos, de que participaram autoridades governamentais, com ingerência no assunto, e representantes das em-

présas de mineração, ficou constituído, no Conselho do Desenvolvimento através do Decreto n. 42.040, de 10 Agô 57, o Grupo de Exportação de Minério de Ferro (GEMF), que recebeu a missão de "coordenar os estudos, entendimentos e negociações a serem conduzidos pelo Governo, visando possibilitar e estimular a exportação de minério de ferro e seus produtos".

2.7 — Ainda como resultado dos estudos procedidos, surgiu a Meta 26, consubstanciada no atingimento, em fins de 1960, dos índices de exportação de 6.000.000 t para a Cia Vale do Rio Doce, e de 2.000.000 t para os mineradores do Paraopeba.

2.8 — Em 1959, decorridos 50 anos, a meta de 3.000.000 de toneladas anuais, visualizada pelo Decreto n. 7.733, veio, finalmente, a concretizar-se, por intermédio da Cia Vale do Rio Doce.

2.9 — Os dados a seguir (em milhões de toneladas), mostram a evolução da exportação de minério de ferro, em alguns países, após a 2^a Guerra Mundial, quando o grande desenvolvimento da indústria siderúrgica acarretou, em toda parte, o surgimento de novos empreendimentos de mineração e a expansão dos que já existiam.

| | 1945 | 1960 | 1965 |
|-----------------|------|------|------|
| Brasil | 1 | 5 | 12 |
| Canadá | — | 19 | 45 |
| Índia | — | 8 | 12 |
| Libéria | — | 3 | 15 |
| Suécia | — | 18 | 40 |
| Venezuela | — | 15 | 22 |

2.10 — Como se observa, a posição do Brasil está em completo desacordo com suas possibilidades e não atende, em absoluto, às suas necessidades. Uma das causas disso ter acontecido, reside no fato de que, embora sendo um empreendimento de alta rentabilidade, a mineração exige, até iniciar-se a fase de comercialização, volumoso investimento, principalmente, em moeda forte, de sorte que se apresenta, dentro da conjuntura que o país vem atravessando, caracterizada pela carência de capitais e dificuldades cambiais, como atividade pouco atrativa, comparada a outras, de resultados mais rápidos.

3. CONJUNTURA ATUAL

3.1 — *Aproveitamento do Minério do Quadrilátero Ferrífero para exportação.*

3.1.1 — Quadrilátero Ferrífero é a área de, aproximadamente, 7.000 km², localizada no Centro do Estado de Minas Gerais, envolvida pelo quadrilátero que tem por vértices as cidades de ITABIRA, ITAUNA, CONGONHAS e MARIANA, e onde se situam as reservas conhecidas de minério de ferro, que oferecem condições mais favoráveis para uma exportação, em larga escala, pelo Brasil.

3.1.2 — O minério de ferro do Quadrilátero apresenta grande variedade de tipos, devendo, no entanto, ser classificado em duas categorias: hematita e itabirito.

3.1.3 — Como hematita deve ser considerado todo o minério cujo teor de ferro tem média superior a 66%. Esse material inclui hematita dura, que irá fornecer minério de hematita compacta (lump ore) para os fornos tipo Siemens — Martin, e a hematita branda, parte da qual precisa ser sintetizada ou peletizada para emprêgo no alto forno e é, também, usada na fabricação do ferro esponja.

3.1.4 — Itabirito é a rocha listrada, rica em ferro, na qual os corpos de hematita são encontrados. Normalmente, é composta de quartzo e hematita. O itabirito brando silicoso, que sofreu decomposição, através dos tempos, tornando-se friável, é considerado um bom minério de ferro; beneficiado, produz um concentrado de 64 — 68% de ferro. O itabirito compacto, no entanto, teria o custo de britagem por demais elevado para ser, presentemente, uma fonte econômica de concentrados, embora, no futuro, possa tornar-se minério de valor.

3.1.5 — As reservas de minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero ainda não estão, totalmente, medidas, admite-se, contudo, que o minério que exige beneficiamento para sua utilização (itabirito) pode ser exportado sem limites, pois suas imensas reservas permitem atender a qualquer cálculo que se faça, baseado nas possibilidades de sua colocação no mercado mundial. Já a hematita, embora suas reservas estimadas sejam volumosas e sua importância possa entrar em declínio, face os progressos técnico-científico que vêm possibilitando o surgimento de novos processos siderúrgicos, que prescindem desse tipo de minério para produção do aço, convém, enquanto não forem melhor pesquisadas as jazidas, ter sua exportação controlada, e com o aproveitamento obrigatório, não só da hematita compacta, como, também, dos finos.

3.1.6 — Tal não acontece, atualmente. Premido por circunstâncias diversas (mercado altamente competitivo; afastamento dos centros de consumo; equipamento de extração de baixo rendimento, etc), os mineradores do Vale do Rio Doce e os do Vale do Rio Paraopeba, as duas regiões de maior atividade mineradora, vêm empreendendo o que se denomina uma exploração predatória.

3.1.7 — Significa isso que, lavrado o minério, é aproveitado, tão-somente, a hematita compacta que, por ser utilizável, diretamente, nos fornos Siemens — Martin, substituindo, em parte, a sucata, suporta, melhor, a concorrência internacional. O minério restante (finos de hematita e itabirito) fica junto às minas, de mistura com o rejeito.

3.1.8 — Tal procedimento acarreta graves prejuízos para os interesses nacionais, pois a recuperação econômica desse minério, dificilmente, será conseguida, mais tarde, além do que, não existem reservas inesgotáveis. Cumpre, então, estabelecer condições que levem os mineradores a lavrar, racionalmente, suas minas, dentro de normas técnicas

corretas, que conduzam ao máximo aproveitamento das reservas minerais, com o mínimo de investimento e de perdas.

3.1.9 — Em 1960, as exportações limitaram-se a 5.000.000 t, deixando, portanto, de ser atingida a Meta 26 (8.000.000 t). A Cia Vale do Rio Doce exportou 4.000.000 t, incluindo algum fino, e os mineradores do Vale do Paraopeba, 1.000.000 t, sómente de hematita compacta.

3.1.10 — No corrente ano, é de se esperar que os efeitos da Instrução 192, de 30 Dez 59, da SUMOC, que levou o minério de ferro para o mercado de taxa livre, se façam sentir com tôda a intensidade, e isso, somado ao fato de iniciar-se um novo período presidencial, implicará no incremento das atividades dos mineradores do Vale do Paraopeba, devendo ter comêço de concretização alguns projetos, atualmente, em estudos. Como a Cia. Vale do Rio Doce já está com seu "Plano dos 6 milhões", praticamente, concluído, podemos admitir que os números da Meta 26 sejam atingidos em 1961 e que, em 1963, a exportação de minério de ferro brasileiro deverá andar pela casa dos 12.000.000 t anuais fruto, ainda, de uma mineração seletiva.

3.1.11 — Torna-se necessário, contudo, encarar a exportação de minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero em bases mais amplas e definitivas, à altura de suas possibilidades, com o aproveitamento, também, dos minérios que exigem beneficiamento. Existem alguns estudos a esse respeito, porém, ainda, em fase embrionária, carecendo de um impulso realizador mais forte.

3.2 — FUNCIONAMENTO DA CIA VALE DO RIO DOCE

3.2.1 — A Cia Vale do Rio Doce tem participado com 80% do total das exportações brasileiras de minério de ferro, sendo, por sua condição de empresa estatal, a executora da política do Governo, nesse setor. Essa condição de empresa estatal, no entanto, tem-lhe acarretado algumas consequências negativas, como sejam: a instabilidade dos dirigentes, ao sabor de interesses políticos; a nomeação de elementos, nem sempre bem indicados, visando, também satisfazer a esses interesses; a menor flexibilidade nas diretrizes de comercialização; e a distração de fatores de produção, da Cia, para o desenvolvimento do vale do rio que lhe empresta o nome, concorrendo esse custo social como uma limitação nos resultados econômicos específicos da empresa, embora trazendo apreciável lucro social para a região.

3.2.2 — Por essa razão, quanto disponha de três dos quatro elementos que fundamentam a comercialização de minério de ferro: mina, ferrovia e pôrto, a CVRD vem-se expandindo em ritmo um pouco lento, baseando suas exportações em negociações anuais e restritas à hematita compacta.

3.2.3 — Deve, no entanto, colocar-se, quanto antes, em condições de enfrentar, com êxito, possíveis concorrências partidas do país ou do exterior, e um caminho apontado para isso consiste na colocação de parte da

produção, através de contratos a longo prazo (10 anos), o que não lhe deve ser difícil conseguir, face ao tempo em que funciona. Fica-lhe, assim, assegurado o quarto elemento fundamental da comercialização — o mercado.

3.2.4 —⁷ Seguindo esse caminho; passando a basear sua exportação, necessariamente, no "run of mine"; adotando uma nova e adequada organização comercial que impeça a falta de continuidade em seus programas de ação, fruto da instabilidade dos dirigentes; e aprimorando as diversas fases da operação, a Cia estará em excelente posição para manter a situação dominante que desfruta, atualmente, entre as empresas de mineração que operam no país.

3.2.5 — Com a concretização integral do "Plano dos 6 milhões", a CVRD ficará em condições de exportar mais 30% do que previra e, aumentando sua disponibilidade de material rodante e de tração, poderá atingir os 10 milhões de toneladas anuais, permitidos pelas atuais facilidades portuárias. A via permanente da Vitória a Minas tem capacidade para mais do dobro dessa tonelagem.

3.2.6 — Encaminhado que está o problema do pôrto, dragado para permitir a utilização de navios de 35.000 t, e com estudos para novo aumento de sua capacidade, o ponto de estrangulamento, na operação da Cia, transferiu-se para o Departamento das Minas, onde a proporção crescente de itabirito, em relação à hematita, no pico de Cauê, confirma as piores previsões, feitas há alguns anos. A Vale do Rio Doce organiza, agora, uma subsidiária, com vistas a resolver o problema do aproveitamento desses itabiritos, e iniciou, em meados do ano passado, cuidadosa pesquisa, com a finalidade de saber, exatamente, o que suas reservas, ainda lhe podem dar e qual o melhor meio de aproveitá-las. Organizou, também, a Cia Siderúrgica Vatu, que aproveitará parte dos finos de hematita de seus estoques para fabricação do ferro esponja. Resta-lhe, ainda, a possibilidade de explorar jazidas pertencentes a outros.

3.2.7 — A empresa colocou, no mercado internacional, para 1961, 6 milhões de toneladas de minério. Acaba de receber, no entanto, três impactos, simultâneos, que muito poderão influir em seu funcionamento: instituição ostensiva de uma comissão de sindicância, que se refletirá, de maneira intensa, no Exterior; transferência de sua sede para BELO HORIZONTE, onde a política minará, ainda mais, a organização da Cia; e substituição de sua direção administrativa, o que quebrará a continuidade de seu funcionamento, justamente, numa fase de ascensão.

3.3 — MINERADORES DO VALE DO PARAOPÉBA

3.3.1 — Funcionam, no Vale do Paraopeba, numerosas empresas de mineração de ferro (acima de trinta), que se congregam no Sindicato Nacional da Indústria da Extração de Ferro e Metais Básicos, mas que não apresentam coordenação entre si, operando em bases muito modestas. As principais empresas, em número de seis, produzem cerca de

150.000 t anuais, cada uma. A exportação de todo o Vale do Paraopeba pouco ultrapassou o milhão de toneladas, em 1960, sendo esse o resultado mais auspicioso já conseguido.

3.3.2 — As causas maiores de não terem esses mineradores logrado expandir suas exportações, residem nas deficiências do pôrto do Rio de Janeiro e, principalmente, da Estrada de Ferro Central do Brasil, embora exista um plano muito antigo, visando o escoamento de 2.000.000 t anuais por aquele binário, plano esse, aprovado, em 1956, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, e referendado, em 1957, por ocasião dos estudos de que trata o item 2.6.

3.3.3 — O Pôrto, apesar de vários percalços, pouco edificantes, vem-se aparelhando para cumprir a parte que lhe tóca, no esquema, e, com a conclusão, em setembro de 1959, da 1^a fase dos trabalhos de construção do Parque de Minério e Carvão, permitindo a movimentação nominal de 1.000 t de minério por hora, já se encontra em condições de embarcar os 2.000.000 t anuais, operando na base de 300 dias no ano, 8 horas por dia e 800 t por hora. Realizado todo o projeto, esse limite subirá para 6.000.000 t anuais, restando encontrar uma solução para a área de estocagem de minério, capaz de satisfazer os exportadores que operam em escala apreciável.

3.3.4 — A Central do Brasil, contudo, ainda não resolveu seus problemas atinentes ao plano, e que são de duas espécies: evitar que o tráfego de minério interfira no de passageiros dos subúrbios cariocas; e a falta de material rodante e de tração.

3.3.5 — Para o primeiro problema, encontra-se em lenta execução, parte, por falta de verba, uma solução, cuja fase inicial consiste na ligação da Linha do Centro da Central do Brasil à Linha Auxiliar, através das estações de Engenheiro Pedreira e Aljezur, e no alargamento da bitola entre esta última estação e São Mateus, complementada pelo preparo do pátio do Arará.

3.3.6 — O empecilho maior, no entanto, a que seja atingida a capacidade de transporte de 2.000.000 t anuais de minério é a deficiência de material rodante e de tração, pesadelo dos exportadores do Paraopeba que, ainda no ano passado, para cumprir seus contratos de exportação, tiveram de movimentar grandes quantidades de minério, em caminhão, tendo havido meses em que a tonelagem escoada por esse meio de transporte se igualou à transportada pela Central do Brasil.

3.3.7 — Os 500 vagões, adquiridos em consequência do já citado plano, apresentaram a necessidade de terem seus eixos substituídos, o que, ainda não foi feito, por completo, embora já se tenham decorridos dois anos.

3.3.8 — Quanto ao material de tração, a Central do Brasil recebeu a última locomotiva em 1953. Para movimentar 3.000.000 t anuais de minério, seriam necessárias 25 locomotivas, e para acabar com o transporte de caminhão, bastariam 6; a Rêde Ferroviária Federal, contudo,

importou, em 1958 e 1959, à conta do empréstimo de US\$ 100 milhões, do EXIMBANK, 248 locomotivas, e acaba de receber mais 55, nenhuma das quais destinadas à Central do Brasil.

3.3.9 — Cumpre acentuar que o Sindicato dos mineradores enviou todos os esforços, em pura perda, para que lhe fôsse permitido financiar a aquisição das 25 locomotivas. Agora, a Rêde Ferroviária Federal e a Central do Brasil propendem para adotar isso, como norma, e, ainda, para os usuários que operam em larga escala, que o material rodante seja de suas propriedades, ficando êles responsáveis, também, pela respectiva manutenção.

3.3.10 — Um outro fator que pode vir a constituir-se em óbice à regularidade do escoamento do minério para exportação, reside nas relações de serviço entre a Administração da Central do Brasil e a Administração do Pôrto do Rio de Janeiro. Urge seja encontrada uma fórmula capaz de tornar o bom entrosamento entre êsses dois órgãos da Administração Pública, menos aleatório e independente dos eventuais ocupantes de seus cargos de direção.

3.3.11 — Na expectativa de serem removidas essas causas limitativas, algumas empresas projetam expandir suas atividades: umas, utilizando o pôrto do Rio, outras, pretendem escoar o minério pela Linha do Centro, até Japerí; daí, por um ramal a ser construído, até Itaguai; e, em seguida, pelo ramal de Mangaratiba, até embarcadouros, a serem, também, construídos, na Bahia de Sepetiba.

3.4 — CONSTRUÇÃO DE NOVOS EMBARCADOUROS — TRANSPORTE FERROVIÁRIO

3.4.1 — O pôrto do Rio de Janeiro escoa minério proveniente de diversas empresas de mineração, carentes de certa regularidade em seus negócios e de melhor entendimento entre si. Por outro lado, o regime de trabalho adotado, pelo fato, principalmente, de não estar intimamente ligado aos interesses dos mineradores, é tido como de baixa produtividade. Essas causas, em conjunto, são consideradas como uma limitação à movimentação de tonelagens avultadas de minério.

3.4.2 — Ora; um embarcadouro explorado, com exclusividade, por uma empresa de mineração, permite-lhe evitar os inconvenientes apontados, possibilitando-a seguir uma programação pré-estabelecida, obtendo o rendimento máximo das instalações e adotando o regime de trabalho que mais lhe convém, dentro da legislação em vigor. Por isso, os mineradores que comerciam em larga escala, preferem fazer um investimento maior e levar mais tempo para concretizar seus projetos, mas ter seu embarcadouro próprio.

3.4.3 — A Baía de Sepetiba oferece condições muito boas para a construção de embarcadouros, e o ramal Japerí-Itaguai permite, com mais eficiência, o desvio do tráfego de minério, do movimento dos subúrbios cariocas. Cumpre observar, contudo, que, colaborando no esquema para

concretização da Meta 26, a Administração do Pôrto do Rio de Janeiro empregou vultosos recursos nas obras do Parque de Minério e Carvão, calculando a rentabilidade do empreendimento no escoamento mínimo de 2.000.000 t anuais, na fase atual dos trabalhos. Se esse limite não for atingido, a Nação arcará com os prejuízos decorrentes. Acresce que o projeto foi estudado e está sendo executado para permitir, quando concluído, a movimentação de 6.000.000 t anuais.

3.4.4 — Torna-se necessário, portanto, examinar, detidamente, a oportunidade da entrada em serviço de novos embarcadouros, face as condições de utilização, quanto ao volume movimentado e à qualidade do serviço, que apresentem as instalações do Parque de Minério e Carvão, e a rentabilidade do investimento feito pela Administração do Pôrto do Rio de Janeiro. Não parece muito razoável que o Governo aplique novos recursos públicos, com a mesma finalidade e na mesma zona de influência, antes que se esgote a capacidade do Parque de Minério e Carvão, a não ser que isso acarrete resultados, realmente compensadores para a economia nacional.

3.4.5 — Por outro lado, a idéia da construção de embarcadouros, na Baía de Sepetiba, está vinculada à de movimentação de quantidades maciças de minério pela Central do Brasil. Vejamos alguns pontos de vista, a respeito desse aspecto tão importante do problema.

3.4.6 — A Rêde Ferroviária Federal e a Central do Brasil argumentam que:

— com os melhoramentos introduzidos na via permanente e no sistema de sinalização, a estrada dispõe de grande capacidade de tráfego, ociosa, principalmente, por falta de material rodante e de tração;

— sanadas essas deficiências e construído o ramal Japerí-Itaguaí, poderão ser escoados, anualmente, 15 milhões de toneladas de minério sem prejuízo da movimentação de carga geral e de passageiros;

— a receita, proveniente desse transporte, acabará com o deficit crônico da Central do Brasil, transformando seu resultado financeiro em superavit, o que é muito ponderável, quando se procura, a todo transe, equilibrar o orçamento da República.

3.4.7 — Os que esposam ponto de vista contrário, dizem que — o transporte de 15.000.000 t de minério transformará a Central do Brasil em uma “ferrovia de minério”, o que é incompatível com sua importância político-sócio-econômica, pois que a estrada atravessa a região mais desenvolvida do País, liga o Rio a São Paulo e a Belo Horizonte e o ligará, futuramente, a Brasília, impondo-se, por conseguinte, uma destinação mais adequada para sua capacidade ociosa. Por outro lado, a utilização de cerca de 10 trens diários, de peso bruto superior a 7.000 t, acarretando acentuado desgaste da via permanente, aumentará a probabilidade de acidentes de tráfego, com demorados bloqueios das linhas, interrompendo-se, conforme o trecho em que se verificar a ocorrência, todas aquelas importantes ligações;

— as deficiências da Central não se restringem à falta de material rodante e de tração, mas envolvem, também, a parte operativa, donde o consumidor preferir que o produto lhe chegue às mãos, por outro meio de transporte;

— por não ser uma organização industrial, é de esperar-se que ocorram dificuldades, quando a Central passar de um transporte de menos de 1 milhão de toneladas de minério, para um escoamento maciço; tem-se, então, que, para garantir a movimentação, com regularidade, dos trens de minério, haja interferência de exportadores na operação da estrada, sob a forma, por exemplo, de assistência técnica, e isso, em detrimento dos demais usuários;

— o transporte de 5 a 6 milhões de toneladas anuais de minério para o pôrto do Rio, se não eliminar, totalmente, diminuirá, de muito, o deficit crônico da Central, além do que, se constitui em uma etapa intermediária, imprescindível para que se observem os reflexos que a mudança de escala de operação e do tipo de carga acarretarão sobre a ferrovia.

3.4.8 — Além da Central do Brasil, outras três alternativas têm sido estudadas, com vistas a equacionar o problema do transporte ferroviário do minério do Quadrilátero Ferrífero.

— Rêde Mineira de Viação — pôrto de Angra dos Reis (concessão Mello Vianna), que tem contra si o traçado da ferrovia e o custo das obras;

— ferrovia especializada (projeto Kaiser), que demandaria o litoral do Estado do Espírito Santo, ao sul de Vitória. Seria a solução mais racional, mas exige da ordem de US\$ 300 milhões para sua concretização, estando, por isso, momentaneamente, fora de cogitações;

— conclusão do novo ramal ferroviário que liga Belo Horizonte a Itabira, obra a cargo do DNEF e de enorme alcance para a economia nacional. Esse ramal permitiria que grande parte do minério do Vale do Paraoapeba, particularmente, da região de Belo Horizonte, fosse movimentada pela Estrada de Ferro Vitória a Minas, rumo ao pôrto de Vitória, podendo a Vitória a Minas e a Central do Brasil se completarem no escoamento do minério de todo o Quadrilátero Ferrífero.

3.5 — AS CONDIÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO

3.5.1 — A tendência observada no mercado internacional, é para a produção do minério de ferro exceder, largamente, o consumo. A defesa mais efetiva para essa situação consiste em associar capitais de consumidores ao capital das empresas de mineração. Além disso, levarão vantagem aquêles exportadores que dispuserem de minérios de vários tipos e de mais alto teor, a preço CIF, relativamente, mais baixos, e tiverem adquirido a confiança dos consumidores, quanto à regularidade dos fornecimentos.

3.5.2 — No que se relaciona à qualidade do minério, o Brasil se encontra em ótimas condições, mas quanto a preços, o mesmo não acontece, particularmente, por causa dos fretes marítimos.

3.5.3 — Como solução para isso, além da dragagem dos portos, a fim de permitir a operação de navios de grande tonelagem (a partir de 35.000 t) é indicada a organização de uma frota especializada, para transporte de minério de ferro e de carvão, o que acarretará a baixa dos fretes e, conseqüentemente, dos preços CIF do minério de ferro, permitirá a compra FOB de carvão necessário à siderurgia brasileira, e será fator importante para a regularidade dos fornecimentos.

3.5.4 — A organização de tal frota já foi discutida, no Ministério da Viação e Obras Públicas, mas os estudos se interromperam porque os grandes consumidores de coque, à exceção da Cia Siderúrgica Nacional, ainda se encontram em fase de instalação (USIMINAS, COSIPA, Ferro e Aço de Vitória, etc).

3.6 — PARTICIPAÇÃO MAJORITÁRIA DO CAPITAL DE ORIGEM ESTRANGEIRA — PROJETO DA MINERAÇÃO HANNACO LTDA.

3.6.1 — O exame da conveniência da participação majoritária do capital de origem estrangeira na comercialização do minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero, deve começar pela apreciação do que representam tais participações, no setor dos bens primários.

3.6.2 — A competição que se trava entre os países altamente industrializados, faz com que êles lancem mão de todos os recursos para diminuir os custos de produção. Entre êsses recursos, figura, em plano destacado, o de forçar a baixa dos preços dos bens primários, importados, particularmente, de regiões de economia pouco desenvolvida, as quais, obrigadas a aceitar tal estado de coisas, arrastam outras áreas, capazes de opor, ainda, alguma resistência.

3.6.3 — Então, o investidor que aplica seu capital no setor da indústria extractiva terá, para obter um rendimento compensador, de procurar, mais do que qualquer outro empresário, reduzir, por sua vez, seus custos industriais, recaindo, a limitação das despesas, quase que totalmente, sobre a mão-de-obra, que apresenta, em conseqüência, as mais baixas condições de trabalho.

3.6.4 — Por outro lado, os benefícios para a economia nacional, provenientes de uma atividade extractiva, são de pequena monta, pois o efeito multiplicador de uma inversão, nesse setor, tem reflexos muito limitados e, uma vez que o negócio se torne desinteressante, êle será liquidado, sem deixar qualquer vestígio positivo, até pelo contrário.

3.6.5 — Êsses aspectos negativos da indústria extractiva terão seus efeitos: ampliados, se o capital aplicado fôr de origem estrangeira e não houver previsão de reinversão de parte dos lucros em uma atividade permanente, de caráter reprodutivo, pois, nessas condições, nem o rendimento do investimento ficará no País; atenuados, se o empreendimento realizar-se em uma região pioneira, na expectativa de que êle possa atrair outras atividades econômicas que dinamizem a área; e ampliados ou atenuados, conforme a situação dos empresários nacionais, no setor, e a essencialidade da iniciativa, face os interesses nacionais.

3.6.6 — No caso em estudo, a região de aplicação do capital é das mais desenvolvidas do País; a participação dos empresários nacionais,

no setor, embora não totalmente satisfatória, em grande parte, por faltas da Administração Pública, já levou o minério de ferro à posição de 3º colocado na pauta das exportações brasileiras, precedido, somente, pelo café e pelo cacau; e a essencialidade do empreendimento, face os interesses nacionais, vincula-se à possibilidade dele vir a produzir um substancial e duradouro saldo de divisas, que se some às já produzidas. A esse respeito, convém observar que o incremento das exportações de minério de ferro deve ser encarado, não como um fim, mas como um meio de ampliar a capacidade de importar, do País. Assim, o aumento do quantum exportado não deve representar, de per si, um objetivo a atingir, nem constituir, tão pouco, o elemento indicador do valor de um empreendimento, face os interesses nacionais. O que vale, realmente, é o saldo de divisas que ficará no País, em consequência da concretização de tal empreendimento, vindo esse saldo, lógicamente, somar-se ao montante de divisas que já era produzido, anteriormente, no setor.

3.6.7 — Vejamos o caso específico da Mineração Hannaco Ltda. Essa empresa foi organizada de acordo com a lei brasileira, na cidade de São Paulo, em 1957, juntamente com outras mais, depois que o grupo HANNA-LEO MODEL, após operações de bolsa, em Londres, assumiu o controle da Saint John d'El Rey Mining Co Ltda. Leo Model é um capitalista internacional e a The Hanna Mining Company, de Cleveland, Ohio, Estados Unidos é uma das mais poderosas organizações mundiais, no setor de comercialização de minério de ferro, operando, particularmente, nos Estados Unidos e na Europa.

3.6.8 — O projeto apresentado contempla a exportação inicial de 2 a 3 milhões de toneladas anuais de minério de ferro, provenientes da jazida de Águas Claras, na Serra do Curral, em Belo Horizonte, quantidade essa que deverá ser, em seguida, elevada ao dobro. Prevê o escoamento do minério pela Linha do Centro da Central do Brasil, ramal Japeri-Itaguaí, ramal de Mangaratiba, até um embarcadouro, exclusivo, na ilha de Guaibinha, região de Mangaratiba. Não cogita da reinversão de parte dos lucros e o investimento previsto está orçado em US\$ 40 milhões. A participação do capital nacional no empreendimento é muito pequena. Para desvincular o problema do ouro, da mineração do ferro, foi organizada uma nova empresa, a Cia de Mineração Morro Velho, que assumiu os compromissos trabalhistas da Saint John d'El Rey em troca de parte de seu patrimônio, e cujo controle foi entregue a um grupo brasileiro.

3.6.9 — Focalizemos dois aspectos importantes relativos ao projeto: o da receita em dólares e os reflexos sobre os empresários nacionais, especialmente, a Cia Vale do Rio Doce.

3.6.10 — Admitamos que 70% da receita auferida pela Mineração Hannaco fiquem retidos no País, o que, à primeira vista, aparece como grande vantagem para o Brasil. Examinado o assunto detidamente, duas hipóteses podem ser formuladas:

1ª hipótese — a Mineração Hannaco exportará 2 a 3 milhões de toneladas anuais — o incremento da receita cambial, em números absolutos, será pequeno e perfeitamente ao alcance dos mineradores do Pa-

raopeba, desde que resolvidos os problemas do binário Central do Brasil — pôrto do Rio, e com a vantagem de que a receita líquida de divisas ficará 100% retida no País;

2ª hipótese — a Mineração Hannaco exportará 6 milhões ou mais de toneladas anuais — os 70%, de divisas provenientes dessas exportações, representarão, em números absolutos, um incremento substancial da receita cambial do País, desde que tais exportações venham somar-se às feitas pelos empresários nacionais e não, em substituição a elas.

3.6.11 — Sobre os reflexos que o projeto possa vir a ter sobre os empresários nacionais, teme-se que a projeção internacional da Hanna, servida pela excelência das jazidas de Águas Claras, pela operação de um embarcadouro exclusivo e por uma frota especializada, de sua propriedade, implique em condições tais de concorrência, que a Cia Vale do Rio Doce tenha seu funcionamento afetado e os mineradores do Vale do Paraopeba não subsistam. A Mineração Hannaco declara que os consumidores tradicionais da Vale do Rio Doce prometeram que as compras, nessa empresa, não seriam afetadas; todavia as garantias apresentadas, no entanto, tornam-se aleatórias, diante de um único argumento — possibilidade da Hanna baixar mais de US\$ 1,00 o preço CIF da tonelada de minério — fator de extraordinária importância, num mercado de competição tão intensa.

3.6.12 — As principais restrições apresentadas ao projeto da Mineração Hannaco podem ser assim resumidas:

— A construção do embarcadouro de Guaibinha contribuirá para a subutilização do Parque de Minério e Carvão do pôrto do Rio de Janeiro, onde o Poder Público vem aplicando alentados recursos. Por outro lado, a exploração de um embarcadouro, com as características do projetado, conferirá à Mineração Hannaco condições excepcionais, em relação ao empresário nacional, exceção feita da Cia Vale do Rio Doce.

— O transporte de quantidades maciças de minério de ferro pela Estrada de Ferro Central do Brasil é motivo de grande preocupação pela importância que a ferrovia apresenta, dos pontos de vista econômico, político, social e militar. O projeto da Mineração Hannaco levará a Central a um esforço a que ela, historicamente, não tem podido suportar, sendo de prever-se, portanto, uma interferência qualquer do Grupo Hanna, na operação da estrada, e a subversão dos interesses dos demais usuários.

— As condições de competição que o projeto da Mineração Hannaco acarretará, implicará na eliminação dos pequenos mineradores e em restrições ao funcionamento da Cia Vale do Rio Doce, já que a participação do Brasil, no mercado internacional, não é tão elástica assim.

— Processando-se a negociação das divisas provenientes das exportações de minério de ferro, e a movimentação de capitais e seus rendimentos pelo mesmo mercado de câmbio, o mercado de taxa livre, o Grupo Hanna fará retornar para o exterior a totalidade dos lucros que auferir.

— Referindo-se o projeto a uma indústria extractiva e não estando previsto o reinvestimento de parte dos lucros, em uma atividade de ca-

ráter duradouro e reprodutivo, seu efeito multiplicador sobre a economia nacional será de muito pequena monta.

— A participação do capital de origem brasileira, no empreendimento, é irrelevante.

— O projeto não contempla assistência social ao pessoal da empreesa e a solução dada ao problema da mineração de ouro, deverá agravar, ainda mais, a situação social dos mineradores de Nova Lima.

— O Grupo Hanna — Leo Model aproveita uma infra-estrutura quase toda já existente, o que reduz, de muito, seu investimento e o prazo de execução do projeto, assegurando-lhe dessa forma, alta rentabilidade, com menor risco. No entanto, não cogita de compensações por isso, até pelo contrário, joga sobre o Poder Público, os ônus de situações pretéritas.

3.6.13 — Os argumentos em prol da pretensão da Mineração Hanna apóiam-se no seguinte — o País atravessa uma situação cambial, particularmente, difícil; o incremento das exportações de minério de ferro é apontado como das melhores fontes para auxiliar a redução do deficit do balanço de pagamentos; os empresários nacionais apresentam ritmo, excessivamente lento, em suas expansões, contrastando com iniciativas semelhantes, que se concretizam em outras partes do Mundo, de modo que, o Brasil, embora disponha de excelente minério, em proporções fabulosas, poderá vir a ser alijado, em definitivo, do mercado internacional. A Hanna, por sua projeção internacional, tornará o minério brasileiro mais conhecido, no Exterior, e com sua experiência, no setor, dará outra dimensão à mineração do ferro, no País, com o que se beneficiarão os empresários nacionais. Sómente, assim, o Brasil obterá de suas riquezas minerais, tudo aquilo que elas podem proporcionar.

3.7 — AÇAO DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

3.7.1 — Falhas da Administração Pública, entre as quais se sobressaem a falta de coordenação com que atuam seus diversos órgãos e a ausência de planejamento a longo prazo, é que constituem a principal causa do lento progresso que apresentam os mineradores nacionais.

3.7.2 — Visando corrigir essas falhas, o Grupo de Exportação de Minério de Ferro discutiu e aprovou, em 11 de abril de 1960, uma "Política Nacional para o Minério de Ferro" que, no entanto, não chegou a ser submetida à consideração do Exmo. Sr. Presidente da República, vítima da mesma falta de coordenação, já apontada.

3.7.3 — Com a recente criação do Ministério de Minas e Energia é possível que ele, devidamente estruturado e equipado para absorver as atribuições dos diferentes órgãos que vinham tratando do assunto, e sendo capaz de encarregar-se do estudo das reservas minerais, planejar seu aproveitamento e controlar sua exportação, venha a sanar todas as deficiências apontadas no decorrer do presente estudo e contribua para conduzir o Brasil ao lugar que lhe cabe entre os exportadores mundiais do minério de ferro.

"A DEFESA NACIONAL"**CORPO DE REDATORES PARA 1961**

REDATOR-CHEFE — Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas

COORDENADORES :

| | |
|-------------------------------------|--------------------------------------|
| Cel Ayrton Salgueiro de Freitas ... | Assuntos Militares |
| Cel-Av Délio Jardim de Matos | Aeronáutica |
| Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu .. | Exército |
| Cmt J. A. Carneiro de Mendonça ... | Marinha |
| Ten-Cel Carlos de Meira Mattos ... | Guerra Revolucionária |
| Ten-Cel Waldyr da Costa Godolphim | Geografia |
| Ten-Cel J. R. Miranda Carvalho ... | História |
| Ten-Cel Celso dos Santos Meyer ... | Caso de Espionagem |
| Ten-Cel Octavio Tosta | Geopolítica |
| Ten-Cel Mário de Assis Nogueira ... | Psicologia e Liderança |
| Ten-Cel Ézio de Melo Alvim | Ciência e Técnica |
| Ten-Cel Danilo da Cunha e Mello .. | Candidatos à EsAO |
| Maj Adyr Fiúza de Castro | Engenhos-Foguetes e Satélites |
| Maj Amerino Raposo Filho | Doutrina Militar Brasileira |
| Maj Leopoldo Freire | Assuntos Diversos |
| Maj Germano Seidl Vidal | Candidatos à ECUME |
| Maj Confúcio Pamplona | Guerra Atômica |
| Maj Dario Ribeiro Machado | Nossas Guarnições Militares |
| Cap-Ten Ayrton Brandão de Freitas | Ed. Física e Desportos |
| Cap Diógenes Vieira Silva | Guerra Química |